



Ana Franciely Cabral de Queiroz

**AS CONSTRUÇÕES RELATIVAS NO PORTUGUÊS DO BRASIL: VARIAÇÃO E
ENSINO**

Lavras – MG

2021

Ana Franciely Cabral de Queiroz

**AS CONSTRUÇÕES RELATIVAS NO PORTUGUÊS DO BRASIL:
VARIAÇÃO E ENSINO**

Artigo apresentado ao curso de Letras/Português da Universidade Federal de Lavras, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciatura em Letras.

Orientador (a): Mauriceia Silva de Paula Vieira

Lavras – MG

2021

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir as variações linguísticas existente na Língua Portuguesa, juntamente com a língua padrão. Em diversas situações, essas diversidades da língua, não são consideradas no processo de ensino, deixando assim de compreender a contribuição delas para a complexidades dos diferentes tipos de fala. Observaremos a língua como instrumento social, deixando de considerar a importância das suas diversas variantes, seja na fala ou mesmo no ensino da gramática, com isso o aluno não é formado para melhorar sua capacidade de comunicação. Para melhor entender como essas variações acontecem, será analisada como é possível, no português, as diversas estratégias de relativização. Procuraremos entender como são organizadas as orações relativas e como as variações aparecem nesse tipo de oração. Para isso é necessário entender como ocorre a aquisição dessas relativas, no processo de formação do sujeito, e como são apresentadas ao longo do processo de escolarização. Por meio de alguns exemplos de propagandas, mostraremos como as orações relativas aparecem nesse meio de comunicação e como o docente pode utilizar desse recurso para o ensino em sala de aula. Apontamos como por meio das orações relativas cortadoras, copiadora é possível o ensino de variações para os alunos dentro do ambiente escolar, dessa forma é possível acabar com os diversos preconceitos linguísticos existentes dentro da sociedade.

Palavras-chave: variações linguísticas; construções relativas; ensino.

Abstract

This work aims to discuss the linguistic variations existing in the Portuguese language, together with the standard language. In different situations, these language differences are not considered in the teaching process, thus failing to understand their contribution to the complexities of different types of speech. We discussed the language as a social instrument, failing to consider the importance of its various variants, whether in speech or even in the teaching of grammar, thus the student is not trained to improve his communication skills. In order to better understand how these variations, happen, observing how it is possible in Portuguese for the different strategies of relativization, we will try to understand how the relative clauses are organized and how the variations appear in this type of sentence. We also discuss the ways of acquiring these relative in the formation of the subject, and how they are acquired throughout the schooling process. Through some examples of advertisements, we discuss how the relative clauses appear in this medium of communication and how the teacher can use this resource for teaching in the classroom. It is also discussed how by means of the relative prayers cutter, copier it is possible to teach variations to students within the school environment, in this way it is possible to end as the various linguistic prejudices existing within society.

Keywords: linguistic variations; relative constructions; teaching.

Sumário

Introdução _____	6
2. As Construções Relativas no Português do Brasil _____	7
2.1. Variação linguística _____	7
2.2. As construções relativas no Português do Brasil _____	10
2.3. Relativas cortadoras, copiadoras e padrão _____	14
3. Reflexões sobre o ensino: por uma pedagogia da variação linguística _____	17
3.1. Educação linguística e ensino _____	17
3.2. O ensino das construções relativas _____	19
Considerações Finais _____	24
REFERÊNCIAS _____	26

1. Introdução

A Língua Portuguesa apresenta uma grande diversidade no seu sistema linguístico, que se adequa conforme a necessidade de seus falantes. Trata-se, portanto de um sistema variável e sensível aos contextos de uso. A variação linguística é um fenômeno que ocorre em todos os níveis de análise da língua: fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático. Também é importante entender que as variações estão relacionadas a fatores avaliativos e sociais, construídos de acordo com a história de cada região e dos sujeitos que fazem parte dela.

Para Faraco (2002), na sociedade brasileira existem inúmeras normas linguísticas e não apenas uma, como muitas vezes é ensinado nas escolas. O não reconhecimento dessa diversidade linguística provoca, geralmente, o preconceito linguístico e torna-se uma forma de exclusão por meio da linguagem. Assim, é relevante compreender sobre a variação linguística e ensino de língua portuguesa. Faraco (2008) defende uma pedagogia adequada à variação linguística e afirma que a não consolidação dessa política se justifica pelo fato de que “talvez porque não tenhamos ainda, como sociedade, discutido suficientemente, no espaço público, nossa heterogênea realidade linguística, nem a violência simbólica que a atravessa. (FARACO, 2008, p. 177).

Quando consideramos os fatores históricos e sociais, observamos que não é possível a apropriação, pelos falantes, de uma língua de maneira fixa, padronizada e sem flexibilidade. Transformar essa língua fixa em uma identidade nacional única, sem ao menos considerar as diferentes manifestações linguísticas existentes nos mais diversos meios geográficos e sociais, e defender que só existe uma língua correta a ser falada por sujeitos é basear-se em um mito da unidade linguística.

Em relação à variação linguística no nível morfossintático, as construções relativas tendem a ocupar um lugar de destaque nos estudos linguísticos, mas pouca visibilidade em relação ao ensino em sala de aula, devido à percepção de que ensinar língua portuguesa seja ensinar um “padrão abstrato” da língua e que se encontra apenas em gramáticas normativas tradicionais. As construções relativas, tanto copiadoras como cortadoras, seguem as regras de estrutura das adjetivas, quando se trata de um ensino focado na norma padrão. Entretanto, isso se modifica na comunicação oral espontânea, pois as construções relativas não seguem o modelo imposto pela gramática. Conseqüentemente, o ensino em sala de aula, muitas vezes desconsidera as diferentes

construções na fala e na escrita e priorizam um modelo de construção. Dessa forma, este trabalho busca refletir sobre a variação linguística e o ensino, a partir das construções relativas no Português do Brasil.

Para a realização deste trabalho, optou-se por uma pesquisa teórica, a partir de autores como Bagno (2008), Santana e Neves (2015), Perini (2019), Duarte (2007) dentre outros. Também foram selecionados alguns gêneros textuais que exemplificam as construções relativas, de modo a refletirmos sobre a variação linguística e o trabalho do professor de língua portuguesa.

O trabalho discutirá em primeiro momento sobre as variações linguísticas e sua contribuição para a construção de identidade da língua. Em seguida apresentamos como são estruturas as construções relativas no Português do Brasil, trazendo exemplos das diversas funções modificadoras que elas exercem no sintagma nominal. Seguimos apresentando as relativas, copiadoras, cortadoras e padrão e como essas aparecem na fala, e ao longo do processo de escrita. Enfim, apontamos um ensino pautado no ensino das variações e como esse pode ser feito dentro do ambiente escolar, por meio das construções relativas.

2. AS CONSTRUÇÕES RELATIVAS NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Esta seção abordará sobre a variação linguística e sobre as construções relativas no Português do Brasil.

2.1. Variação linguística

A variação linguística é uma das características das línguas naturais, às quais se adaptam às necessidades da vida cotidiana de cada indivíduo, e, com o passar do tempo acabam por perder e ganhar novas palavras. Com a globalização e o uso de tecnologias digitais, a criação de novos itens lexicais ocorre com muita frequência, uma vez que surgem novas demandas comunicativas. Santana e Neves (2015) argumentam que a língua é componente tanto da nossa identidade como da nossa cultura e afirmam que a

invenção da escrita revolucionou a humanidade, uma vez que por meio da escrita os registros possibilitam fazer a História, perpetuam e multiplicam os conhecimentos.

Para os autores, devido à grande extensão territorial do Brasil e suas diversas expressões culturais, é impossível acreditar na existência de um país monolíngüístico, ainda mais considerando-se, também, particulares das diferentes classes sociais e questões étnicas – raciais. Ao chegarem no território brasileiro, os portugueses encontraram diversas tribos indígenas falando as mais variadas línguas. Durante o processo de colonização foi estabelecida uma língua geral, composta da mistura do Tupi com o Português, sendo a forma mais utilizada para manter a comunicação.

Bagno (2008, p.27) “argumenta que o monolíngüismo não existe e que apesar de muitos brasileiros, até mesmo docentes, considerarem a existência de uma única língua em nosso país, esse fato seria uma ficção, pois não existe no mundo uma língua uniforme e homogênea”. As variações linguísticas expressam as riquezas, heranças culturais e criam uma identidade de um povo. Como cada povo possui suas individualidades, as variações têm influência dos mais variados fatores, sendo que cada falante tem suas peculiaridades o mesmo utiliza a língua de modo particular.

Nesse sentido, Santana e Neves (2015) destacam que:

(...) o monolíngüismo não passa de um sonho irrealizável pelo falante de qualquer idioma. A variação existente na Língua Portuguesa é um fato mais que normal em se tratando de um idioma falado por mais de 200 milhões de pessoas em todo o mundo, de diferentes realidades, porém com o mesmo propósito de ter uma língua oficial que, apesar de algumas diferenças na fala, possui uma unidade, o que a torna compreensível para todos. (SANTANA; NEVES, 2015, p.80)

Santana e Neves (2015) explicam, que as variações estão relacionadas a aspectos sociais e a fatores como sexo, idade, classe social, geográficos, contextuais e históricos. Ao usarem a modalidade falada no cotidiano, geralmente, os falantes não se preocupam com formalidade, não tendo relevância nesse caso o “certo” e “errado”, de acordo com as regras estabelecidas socialmente.

Os autores destacam que língua e gramática têm um caminho paralelo e que as diferenças entre fala e escrita não têm natureza negativa, pois ambas são meios de representar aspectos cognitivos e sociais, além de evidenciar práticas de linguagem exclusivas. Santana e Neves (2015) esclarecem, ainda, que a fala é um processo natural, transmitida por tradição oral sendo caracterizada pela sua funcionalidade, sendo inovada

livremente, tendo características de ser incompleta e não planejada, predominado frases. Ponderam que a escrita apresenta características específicas, sendo ela planejada e completa, sendo composta por frases mais elaboradas e subordinação farta. Os autores argumentam que a escrita oficial é colocada pelas classes dominantes como sinônimo de prestígio e que aqueles que não dominam tal prática, muitas vezes, são vistos como inferiores, o que faz com que a língua seja tratada como um motivo de exclusão.

Coelho et al (2018, p. 16) esclarecem que a variação linguística se configura como:

processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto com o mesmo valor referencial/representacional, isto é, com o mesmo significado [...] A variação é inerente às línguas, e não compromete o bom funcionamento do sistema linguístico nem a possibilidade de comunicação entre falantes – o que podemos perceber quando observamos que as pessoas à nossa volta falam de maneiras diferentes, mas sempre se entendendo perfeitamente

Dessa forma, reconhecer a variação linguística como um fenômeno próprio das línguas naturais significa reconhecer que existem formas que estão a serviço da interação. Nesse sentido, é relevante compreender a diferença entre norma culta e norma padrão. Faraco (2002) defende que, em uma sociedade como a brasileira, existem inúmeras normas linguísticas. Portanto, a norma, qualquer que seja, é a junção de um conjunto de formas linguísticas, bem como um agregado de valores socioculturais. O autor esclarece que a “norma culta” é aquela “praticada, em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau de formalidade), por aqueles grupos sociais mais diretamente relacionados com a cultura escrita, em especial por aquela legitimada historicamente pelos grupos que controlam o poder social” (FARACO, 2008, p. 39).

Coelho et al (2018, p. 15) complementam que a variedade considerada como culta está associada às camadas de maior prestígio social e que geralmente é usada por “falantes mais escolarizados, com maior remuneração e que moram em centros urbanos. Essas pessoas, por seu status, comumente gozam de prestígio social, e esse prestígio é transferido para sua fala.”

Por sua vez, a “norma padrão”, segundo Faraco (2008), é construída historicamente, a partir da associação da cultura escrita com o poder social, com vistas a garantir uma relativa estabilização linguística, a neutralizar a variação e controlar a mudança linguística, de modo a facilitar a interação. Faraco elucida que “uma norma,

qualquer que seja, não pode ser compreendida apenas como um conjunto de formas linguísticas; ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas” (FARACO, 2008, p. 41).

Dessa forma, a norma culta está, segundo Faraco, muito próxima da norma padrão, embora não se constituam como o mesmo fenômeno. Em sua origem, a norma padrão foi construída artificialmente, desconsiderando-se a norma culta que utilizada no Brasil, no século XIX. Considerando-se tais pressupostos, a próxima seção discutirá sobre as construções relativas no Português do Brasil, construções que evidenciam o fenômeno da variação linguística no nível morfossintático.

2.2. As construções relativas no Português do Brasil

As construções relativas, tradicionalmente conhecidas como orações adjetivas, estão organizadas por meio da subordinação. Duarte (2007) define a subordinação como uma organização sintática em que um termo exerce função de dependência em relação a outro termo e esclarece que na coordenação não há dependência sintática em relação às entre os termos e ou orações coordenadas. A autora deixa claro que devemos entender que mesmo sendo importante a compreensão desses dois termos, não devemos seguir essa divisão presente em muitas gramáticas tradicionais que limitam a articulação entre orações a partir destes dois processos.

Perini (2019) esclarece que as construções relativas desempenham uma função adjetiva e possuem o papel de modificadoras dentro de um sintagma nominal(SN). Essas orações são chamadas de orações relativas e são introduzidas por um pronome relativo. O quadro a seguir apresenta os pronomes relativos e suas variações:

PRONOMES RELATIVOS
QUE; O QUAL; QUEM; O QUE; ONDE;
CUJO

Esses pronomes apresentam uma dupla função na oração: nessas construções um de seus termos pode ser substituído por um pronome relativo, sendo que o mesmo remete ao sintagma nominal. Perini (2019) esclarece que os termos das orações que podem ser substituídos pelo pronome relativo, podem ser além de sujeito, objeto direto, também

desempenham um papel semântico de lugar ou de mensagem. Para ampliar nossa explicação, traremos exemplos de frases do texto de Perini(2019). O exemplo (1), a seguir, ilustra como o pronome relativo substitui o objeto:

(1) *O rapaz que eu contratei telefonou hoje.*

Em (1), a construção relativa destacada corresponde semanticamente a “eu contratei o rapaz”. Ficando evidente que o termo “o rapaz” funciona como núcleo do SN, sendo assim temos duas referências para o termo.

(2) *O rapaz do qual eu falei telefonou hoje*

Em (2), o pronome relativo “o qual” pode aparecer com ou sem preposição, variando de acordo com a função sintática e seu papel semântico. O exemplo ilustra o uso *do qual* (preposição + pronome relativo o qual), como sendo um complemento com papel semântico Mensagem:

(3) *O rapaz que tocou no meu casamento telefonou hoje.*

Já no exemplo (3), notamos que a oração relativa não possui um sujeito evidente, mas semanticamente é possível compreender que o agente de *tocou* poderá ser o *rapaz*. O termo *que* desempenha uma dupla função, pois é um complementizador, inserindo uma oração na outra, e também é um anafórico, tendo a função de evitar a repetição da palavra *rapaz*.

O pronome relativo pode também substituir outros termos da oração, como mostra o exemplo (4), a seguir:

(4) *A casa onde eu morava já foi demolida.*

Nesse exemplo(4), a construção relativa pode ser observada no termo “eu morava na casa”, sendo que *onde* desempenha um papel de complemento semântico *lugar*. Esses exemplos auxiliam na compreensão da existência de outros pronomes relativos além do *que*, como *onde* e *o qual*.

Complementando o exposto, Duarte (2007) esclarece que ao contrário das construções completivas (que são introduzidas por uma conjunção), as construções relativas estão ligadas por meio de um pronome relativo, que tem a função de articular orações complexas e também de fazer referência ao SN que o antecede. A autora explica que nas construções relativas o pronome pode aparecer como objeto indireto,

complemento nominal e até mesmo adjunto adnominal e que nas chamadas orações relativas explicativas, há uma estreita relação com o nome, de modo a atribuir-lhe características, mas sem alterar seu valor referencial.

Tradicionalmente, as construções relativas são classificadas como adjetivas restritivas e adjetivas explicativas. Os exemplos (5) e (6) ilustram a diferença entre elas:

(5) Os professores *que estavam cansados do trabalho* deixaram a sala.

(6) Os professores, *que estavam cansados do trabalho*, deixaram a sala.

É possível compreender que em (5) o termo em itálico auxilia na construção do valor referencial para o SN antecedente, ou seja, somente saíram da sala os professores que já estavam cansados. Tradicionalmente, são chamadas de adjetivas restritivas, pois delimitam o sentido do nome que modificam. No exemplo (6), percebemos que o enunciado somente terá sentido, caso o conteúdo possa ser aplicado a todos os professores. Esse tipo de relativa entre vírgula, recebe o nome de adjetiva explicativa.

Perini (2019) complementa a explicação sobre as construções relativas. O autor esclarece que nas construções restritivas, os pronomes relativos possuem a função semântica de restringir a referência do SN. O exemplo (7), possibilita compreender melhor a construção restritiva:

(7) *Os restaurantes que têm manobristas são muito caros.*

Percebemos que na oração acima quando se menciona os *restaurantes* não se trata de todos, mas somente daqueles que possuem manobristas, ou seja, estamos restringindo os restaurantes citados. Semanticamente, essa construção é relevante pois traz o pressuposto de que somente os restaurantes que têm manobristas são caros. Vejamos mais um exemplo:

(8) *O rapaz que tocou no meu casamento telefonou hoje.*

Nesse exemplo vemos a construção relativa também funcionando como modificador, pois possui a função semântica de restringir a referência do SN, pois o rapaz a qual se refere não é qualquer um, está específico que é aquele que tocou no casamento.

Nas construções não restritivas temos os modificadores geralmente estão entre vírgulas, sendo eles oracionais ou não. Observemos o exemplo abaixo:

(9) *Os restaurantes do centro, mais elegantes, são muito caros.*

É possível entender que a oração afirma, sem delimitação, que todos os restaurantes do centro são elegantes e caros, nessa oração o sintagma *mais elegante* funciona como modificador não restritivo. Temos também a possibilidade de modificadores não restritivos no formato de uma construção relativa, como vemos no seguinte exemplo:

(10) *Os restaurantes do centro, que são mais elegantes, são muito caros.*

Nesse exemplo é possível entender que o termo *que são mais elegantes* vem para acrescentar uma informação sobre todos os restaurantes do centro, sem restrição a nenhum grupo específico.

Perini (2019) deixa evidente que mesmo as construções relativas sejam um sintagma adjetivo, quando essas construções são livres podem possuir sintagma nominal ou adverbial. Para melhor ilustrar segue o exemplo (11):

(11) *Quem tocou no meu casamento fez o maior sucesso.*

Ao analisar a oração acima, vemos que o trecho *quem tocou no meu casamento*, apresenta-se como uma estrutura de construção relativa. Temos um sujeito de *tocou* sendo representado pelo pronome relativo *quem*. Perini (2019) reflete que a falta de um antecedente, para funcionar como núcleo do SN, traz a necessidade que o mesmo esteja separado da construção relativa, esse tipo de construção relativa recebe a nomenclatura de livre por não possuir antecedentes.

Podemos afirmar que uma construção relativa é um sintagma adjetivo, podendo ter casos em que o sintagma respectivo não contém oração, como nos exemplos (12) e (13):

(10) *O rapaz que tocou no meu casamento telefonou hoje.*

(11) *O rapaz magrinho telefonou hoje.*

Em (12) enquanto o sintagma adjetival é apresentado como uma oração relativa, em (13) o sintagma adjetival não se constitui como oração. Já nas construções relativas livres, podemos ter tanto sintagma nominal como adverbial, ilustramos isso por meio das seguintes orações:

(14) *Quem eu chamo nunca aparece*

(15) *Eu fico no terceiro andar.*

Perini (2019) apresenta, ainda, exemplos de construções relativas universais, caracterizadas por um complemento preposicionado ocupando uma posição como se não fosse uma construção relativa, tendo sua marcação feita pelo pronome “que”, como mostra o exemplo a seguir:

(16) *A professora que eu falei com ela não sabia de nada.*

O exemplo (16) é utilizado em situações de fala menos monitorada e não é utilizada a preposição “com” antes do pronome relativo. Além disso, repete-se o termo que está sendo retomado por meio da expressão “com ela”. Em situação comunicativa mais monitorada, os falantes, geralmente, utilizam a construção a seguir:

(17) *A professora com que eu falei não sabia de nada.*

Para melhor compreender as construções relativas universais apresentamos os exemplos (18) e (19):

(18) *(escrita) O carro para o qual você comprou a peça é aquele vermelho ali.*

(19) *(fala) O carro que você comprou a peça para ele é aquele vermelho ali.*

Em (18) temos uma construção relativa utilizada em contextos mais monitorados, em que a preposição é utilizada antes do pronome relativo e em (19) temos o exemplo de uma relativa universal, em que o pronome relativo “que” é utilizado sem preposição.

Faraco (2005) explica que as construções relativas iniciadas por preposição parecem estar em processo de desaparecimento na língua falada, tanto em situações formais como informais, mas que se mantem na língua escrita. A próxima seção apresentará as diferentes construções relativas no PB.

2.3 Relativas cortadoras, copiadoras e padrão

As construções relativas, envolvem, no português falado, três aspectos relevantes, segundo Camacho (2013, p. 180): “(a) a seleção do conectivo; (b) o emprego de

preposições nos casos em que elas são requeridas; (c) a marcação adicional de caso semântico”.

O autor apresenta os seguintes exemplos:

(20) *Deixei a carta com o menino cujo pai trabalha no correio*

(21) *Deixei a carta com o menino que o pai (dele/Ø) trabalha no correio.*

Camacho (2013) esclarece que em (20), o pronome relativo “cujo” estabelece a função de possuidor e em (21) há o uso de uma estratégia mais direta com um complementizador (que) acompanhado ou não de um SP de posse. O autor explica que as construções relativas no português podem se configurar como Relativa padrão, relativa copiadora e relativa cortadora e apresenta os seguintes exemplos:

(22). *A menina de quem você gosta mora na casa da esquina. PADRÃO*

(23). *A menina que você gosta mora na casa da esquina. CORTADORA*

(24). *A menina que você gosta dela mora na casa da esquina. COPIADORA*

Após análise, o autor elucida que a predominância da estratégia cortadora, se comparada à copiadora, deve ter motivação social por ser fortemente estigmatizada a retenção pronominal. Complementando o exposto, Oliveira (2015) explica que as línguas se diferenciam pela função desenvolvida pelo núcleo nominal na oração relativa e que o PB apresenta de três estratégias principais: pronome relativo, lacuna e retenção de pronome, e uma estratégia aplicada apenas às relativas com preposições lexicais, a estratégia do encalhamento de preposições. Esclarece que apenas a estratégia de lacuna nas funções de sujeito e objeto direto e a estratégia de pronome relativo nas demais funções são tomadas como padrão para a norma culta do português.

A estratégia padrão, como em (22), envolve o uso de pronomes especiais, que são formalmente relacionados a expressões demonstrativas e/ou pronomes indefinidos/interrogativos, usados para representar o papel do núcleo nominal na construção relativa. Essa construção exemplifica o modelo prescrito na gramática Normativa e aparece com mais frequência no registro formal da língua (CAMACHO, 2013). Oliveira (2015) elucida que a estratégia padrão ou de prestígio, especialmente a usada em posições preposicionadas, tem uma incidência muito baixa na língua falada.

Em (23), a construção cortadora, ou de lacuna, se caracteriza por não fornecer, na relativa, informação sobre a natureza da posição do elemento relativizado, ou seja, temos uma relativização das funções básicas do sujeito e objeto direto. Camacho (2013) esclarece que o elemento que introduz a relativa é uma conjunção, ou seja, um marcador de relativização e não um pronome relativo típico.

Oliveira (2015) apresenta mais um exemplo de construção cortadora em:

(25) *Eu estudaria com o esporte que eu mais gosto. Que é ginástica olímpicas.*

Pelo exemplo compreendemos que não há, na relativa, informação sobre a posição do item relativizado. Não temos nenhuma preposição que conduzida pelo verbo na oração relativa, não encontrando também o pronome – lembrete, a exemplo da retenção pronominal. Para que fosse estabelecido, na relativa, uma ligação de correferencial na matriz com o antecedente, seria necessário a existência de algum elemento anafórico. Decat (2019, p. 20) ao analisar construções como (25), em que a estrutura “que é ginástica olímpica” aparece como enunciado independente e isolada de sua estrutura principal, esclarece que a construção relativa solta ou desgarrada constitui-se como uma estratégia como um mecanismo “a serviço da estratégia de focalização, destacando a relação semântica mais frouxa entre os enunciados, permitindo considerar-se a estrutura desgarrada como correspondendo a um ato de fala por si”. Para Decat (2019) uma estrutura ‘desgarrada’ está a serviço da interatividade, permitindo produções textuais diversas.

Em (24) temos a estratégia da retenção pronominal, denominada também de copiadora, sendo sua principal característica a presença do pronome-lembrete na oração relativa, utilizando de um pronome pessoal. Camacho (2013) elucida que a estratégia copiadora de preposição não sofre restrição semântica, e é sintaticamente aceitável, como em (26) e (27):

(26) *O Ministro tem amigos que o Presidente não gosta (deles)*

(27) *Essa é a mesa que todo mundo bota o chapéu em cima (dela).*

Em (26) a preposição não é utilizada e em (27) preposição aparece no fim da sentença e não próximas ao conector, posição canônica das preposições em construções

relativas. É comum que apareça um pronome-lembrado correferencial ao núcleo, mas não obrigatório.

Camacho (2013) esclarece que o encaimento de preposições se constitui como um fenômeno sintático em que a preposição regente ocorre em outra posição que não seja adjacente ao núcleo regido. Para o autor, essa estratégia tem baixa frequência no português, diferentemente do inglês, em que é muito comum e que permite sua ocorrência com quaisquer tipos de preposições.

Ainda em relação às construções relativas, Duarte (2007) explica que algumas gerações mais jovens podem estranhar o uso do relativo “cujo”, que mesmo a escola tentando recuperar esses usos, eles não fazem parte do “falado” português brasileiro, sendo usado mais em escritas formais ou indivíduos que dominem a norma culta.

3. Reflexões sobre o ensino: por uma pedagogia da variação linguística

Nesta seção, buscaremos empreender reflexões sobre o ensino de língua portuguesa, considerando-se as variedades linguísticas e de modo particular as construções relativas.

3.1 Educação linguística e ensino

Em relação ao ensino de língua portuguesa, o fenômeno da variação linguística mostra-se fundamental em uma sociedade plural como a brasileira. Faraco (2011) lembra que na década de 80, defendia-se o ensino na perspectiva do bidialetismo, em que as variedades cultas eram consideradas como dialeto social e o ensino deveria fornecer “aos falantes de outras variedades a possibilidade de incorporar esse novo dialeto, tornando-se “bidialetais”. Atualmente, esta visão encontra-se superada e o autor destaca que:

numa perspectiva pedagógica, não podemos limitar a discussão às variedades cultas em si (como apenas um conjunto de certas características lexicogramaticais). É preciso sempre fazê-lo em conexão com as práticas socioculturais que as justificam e sustentam: aquelas da cultura escrita. (FARACO, 2011, p. 03)

Dessa forma, nenhum estudante pode ser discriminado pelo seu jeito de se expressar, pois isso reflete seu processo comunicativo e sua identidade. Tanto as variações existentes como a norma padrão, devem ser respeitados, já que são construídas da individualidade de cada sujeito, não sendo somente algo relacionado ao “falar certo”, mas de saber usar dependendo do contexto.

Bagno e Rangel (2005), defendem uma “educação linguística” e ressaltam o aspecto político ligado às questões linguísticas. Para os autores a educação linguística pode ser compreendida como

o conjunto de fatores socioculturais que, durante toda a existência de um indivíduo, lhe possibilitam adquirir, desenvolver e ampliar o conhecimento de/sobre sua língua materna, de/sobre outras línguas, sobre a linguagem de um modo mais geral e sobre todos os demais sistemas semióticos. (BAGNO; RANGEL, 2005, p. 63)

Os autores destacam que todos esses saberes são constituídos por crenças, representações e mitos que fazem parte da sociedade e que o ambiente escolar é o responsável pela formalização e sistematização desse ensino. Temos um apontamento de como isso interfere no modo de ensinar e aprender em nossas escolas:

Nessas, com raras exceções, a chamada “didática específica”, assim como a “prática de ensino”, permanecem solidárias da tradicional concepção da educação em língua materna como um ensino sobre a língua (calcado na gramática tradicional) e a sua literatura. Num cenário como esse, o desenvolvimento da proficiência oral e escrita do aluno não é o objetivo primordial, razão pela qual a leitura, a produção de textos e a reflexão sobre a língua e a linguagem não são efetivamente encarados como objetos de ensino, ainda que apareçam como práticas escolares típicas da área. (BAGNO; RANGEL, 2005, p.65)

Essa mudança no modo de pensar acaba gerando um receio nos docentes, que ouvem dizer que o ensino não deve ser restringir somente ao ensino de uma gramática normativa, mas não sem sente seguro para mudar sua prática pedagógica.

A educação linguística teria uma função de criar meios para que as informações sobre as características específicas da língua portuguesa brasileira, comesçassem a interferir no ensino e também nas produções didáticas, fazendo assim uma sociedade que não desvalorizasse suas particularidades. Dessa maneira incorporando as regras já incorporadas brasileiras em nossas atividades orais e escritas.

Os autores criticam as crenças de uma língua monolítica e homogênea, que necessita de proteção, para não ser mal utilizada pelos sujeitos. Alertam que as variações linguísticas muitas vezes são reconhecidas para serem vistas como erros, defendendo por

isso, que uma educação linguística, para seguir os avanços da ciência da linguagem, deve considerar a variação no português brasileiro e como se relaciona com as mudanças linguísticas. Além disso, deve oferecer estratégias para desenvolver um trabalho com variação linguística que vá além de desenvolver discussões sobre sotaque ou do léxico, mas evidencie os mais diferentes níveis de variações, estando ligada a variação social. Em outras palavras:

Uma das tarefas da educação linguística seria, então, oferecer propostas teóricas e práticas para levar a escola brasileira a desenvolver, de modo consciente e sistemático, o letramento de seus alunos, isto é, garantir a eles a possibilidade de participar e interferir na construção de uma sociedade letrada. (BAGNO; RANGEL, 2005, p.70)

Assim, em relação ao ensino de Língua Portuguesa, é necessário encontrar meios para uma compreensão que a língua é algo que vive em constante mudança, sendo isso próprio da natureza das línguas humanas, deixando de lado que as variações causam “empobrecimento” da língua. Uma educação linguística teria uma função de estabelecer um conceito claro de gramática, não preconizando somente a gramática como o conjunto normatizado de regras de uso.

Urge, também, uma abordagem bem esclarecida do fenômeno da norma linguística, num esforço de evidenciar seu vínculo indissociável com as outras normas que regem a vida em sociedade. Nesse sentido, cabe mostrar que a norma-padrão (o ideal de “língua certa” que circula no senso comum) é o construto cultural de um determinado momento histórico, vinculado a determinadas classes sociais, a determinadas concepções de sociedade e a determinados tipos de relações de controle e coerção social (BOURDIEU APUB BAGNO, 1996; SOARES, 1986).

Para finalizar, temos uma reflexão sobre a história da composição da sociedade brasileira, que revela o esforço das classes dominantes de estabelecer a imagem de uma comunidade monolíngue, onde todos os sujeitos falam da mesma forma e se compreendem totalmente, sendo criado um cenário de harmonia total. Claro que nosso país com grande extensão territorial, existem diversas variações da língua, e ao afirmar que um sujeito “fala errado” é um desrespeito ao seu direito linguístico. É necessário entender e respeitar as variedades linguísticas, sendo que isso também não quer dizer que esse sujeito terá seu direito de conhecimento sobre as formas de linguísticas de prestígio.

Na próxima seção, apresentaremos algumas considerações sobre o ensino das construções relativas.

3.2 O ensino das construções relativas

Oliveira (2015) explica que as construções relativas são variantes mais complexas e que não é possível adquiri-las em uma linguística natural, sendo necessário processos formais para aquisição de escrita / letramento. A autora esclarece que na aquisição da escrita, no estágio inicial, é mais comum que os sujeitos usem variantes não padrão, cortadora e copiadora. Uma estratégia regida por preposição seria algo novo, sendo também adquirida durante o processo escolar, por não ser parte das construções conhecidas pelos escreventes.

O ensino das construções relativas precisa, portanto, considerar as diferenças entre a fala e a escrita, pois é observado um maior uso das cortadoras na fala e, mesmo em algumas situações que envolvem a escrita e que exigem um nível de formalidade, ainda existem casos do uso das cortadoras. Outro aspecto relevante para o trabalho docente diz respeito à necessidade de atender as expectativas e necessidades dos sujeitos que vai trabalhar. É necessário compreender e respeitar as particularidades culturais, e valores coletivos e individuais dos sujeitos, e como esses fazem uso da língua. Para isso o professor, ao elaborar seu plano de ensino, faria uma descrição das formas linguísticas utilizadas pelos alunos em suas ações de interação, para que eles percebam as regularidades que as regem.

Em uma próxima etapa, o professor pode apresentar a norma padrão da língua e explicar como essa poderia ser empregada, e pontuar também a variação que corresponder aos que os alunos utilizam. Ao oferecer um ensino que o aluno tenha possibilidade de desenvolver sua capacidade comunicativa, o mesmo estará de certa forma sendo motivado a usar a língua na escola tanto a dita culta, como a informal.

Nesse sentido o professor, comprometido ao ensino da língua, deve trabalhar esse espaço que existe ente a variedade que o aluno traz do seu convívio social e a norma culta trazido pela escola, com isso fazendo a inclusão social do aluno e não sua discriminação. É necessário, ao longo desse processo, o reconhecimento da realidade sociolinguística dentro da sala de aula e da sociedade em que trabalha, bem como estar atento para as variações tanto regionais ou sociais existentes. É importante que essa heterogeneidade linguística seja respeitada e que o aluno aprenda a empregar as variedades existentes, dependendo do contexto comunicativo.

Outro aspecto relevante em relação ao uso de cortadoras e relativa padrão é a motivação que leva o usuário a optar pela utilização da cortadora, já que ambas se equivalem em relação à informação. Com isso, entendemos que essas comparações se devem ao fato de que essa regularidade ocorre pela frequência do uso, em que opta-se pelo uso do verbo sem utilizar a preposição.

Essas discussões permitem refletir sobre como essas perspectivas de variações e construções relativas podem ser inseridas nas aulas de Língua Portuguesa. Isso feito por diversas etapas, dentre as quais podemos destacar a compreensão da concepção de linguagem, voltada para meio de interação. A língua dentro dessa perspectiva seria algo flexível, que sobre alterações pelo seu uso, já que a fala pode ser moldada pela gramática assim como a gramática sofre alterações pela fala.

Para o trabalho com a modalidade falada da língua, o professor pode apresentar essas variações nas construções relativas por meio de dados de fala do Português do Brasil ou até mesmo buscar exemplos vindos dos próprios alunos. Esses exemplos podem ser registrados para que os alunos possam refletir sobre os usos sociais dessas construções. Ao levantar essas questões dentro da sala de aula, é necessário que o ensino da forma padrão, de como se organizam as relativas, esteja ligado a outros exemplos de organização dessas construções, sem que haja uma noção de certo ou errado, mas que sejam analisadas considerando-se o contexto comunicativo.

Quando o docente traz essas comparações para sua aula, aos expor exemplos de cortadoras é interessante que os alunos percebam a ausência da preposição e assim progridam levando exemplos onde as preposições aparecem. É necessário também explicar sobre o regime dos verbos, depois disso os alunos poderão comparar ambas e observar se há ou não necessidade da preposição, dessa maneira há grande possibilidade de eles chegarem a uma versão padrão dessas cortadoras. Ao fazer o levantamento de diversas versões das relativas copiadoras, os alunos poderão levantar versões das mesmas. A análise pode ser ampliada com atividades voltadas para a reescrita de textos, feitos ou elaborados pelos próprios estudantes, sendo muito importante fazer observações para entender melhor a estruturas padrões, e também exercitar a competência de comunicação.

Em relação ao trabalho com a modalidade escrita, o professor pode levar alguns gêneros textuais utilizados no cotidiano para que o aluno possa compreender o processo de formação das construções relativas.

As figuras 01 e 02 exemplificam o uso do pronome *que*:



(FIGURA 1)

Na campanha educativa (FIGURA 1), o pronome relativo *que* utilizado tem a função de restringir o substantivo lixo. O professor pode explicar que esse tipo de construção restritiva indica que somente o lixo que é jogado na rua é o que acaba voltando para dentro de casa.



(FIGURA 2)

Na FIGURA (2), uma campanha de conscientização, temos uma construção relativa restritiva, o que deixa evidente que somente os homens que se cuidam não perdem o melhor da vida. Essa abordagem permite refletir juntamente com os alunos as informações implícitas neste tipo de construção. Também é possível fazer uma pesquisa sobre as construções relativas nesse gênero textual, a fim de verificar se existe

predominância de determinada construção relativa, de modo a relacionar os recursos morfossintáticos ao gênero.

A partir dos exemplos apresentados, o professor pode também explorar o fato de que o pronome relativo “que” tem se configurado como um conector bastante utilizado e explicar que pronomes como “cujo” e variações estão caindo em desuso.

É importante sempre evidenciar a adequação das construções relativas ao contexto de comunicação em que elas serão usadas. Ao longo desse processo, os alunos poderão começar a compreender que numa produção textual formal, a preferência seria pelo uso da relativa padrão, já em situação informais o uso das cortadoras seria o mais comum. No desenvolvimento desse tipo de estratégia pedagógicas o docente não deve ter uma postura discriminatória, não emitindo opiniões que acabe valorizando uma ou outra organização da oração adjetiva. Os alunos devem ter acesso a diversos meios de uso que a língua oferece aos sujeitos, colocando as construções relativas como exemplo, ressaltando as relativas cortadoras.

O foco pedagógico deve ir na direção para apresentar aos estudantes uma vasta possibilidade de resultados positivos, pois ele vai sentir que seu modo de falar é valorizado, deixando assim um caminho livre para um melhor aprendizado e entendimento das diversas formas de uso da língua

Mesmo com esse tipo de ensino, cabe salientar que a escola deve ensinar a norma padrão, mas ela não deve ser imposta ao aluno como meio de substituição, mas de uma maneira a prepará-lo para o saber usar a língua nos mais diversos contextos. Isso implica na compreensão que nem sempre podemos usar somente a forma padrão ou somente a coloquial, sendo necessário a adequação conforme a situação comunicativa que estamos.

Sabemos que o trabalho com variação linguística dentro do ambiente escolar, tem a função de conscientizar os sujeitos sobre a existência dos preconceitos linguísticos, como a língua é utilizada como instrumento de poder e como essas mudanças e variações são atributos essenciais para a língua. Isso evidencia que o ensino da língua não é algo voltado exclusivo para regras gramaticais, que se distancia de alguma forma, daquilo usado de forma rotineira, sendo inevitável a aceitação dessa variação linguísticas.

Para trilhar todo esse caminho, deve-se oportunizar que os professores tenham uma formação de qualidade para desenvolver esse trabalho, cabe também aos estudantes

terem consciência das variações que ocorrem da língua de modo natural. Para isso, é necessário que se entenda que a norma padrão é apenas uma das variedades linguísticas existentes junto com diversas outras. Também entender que as normas impostas socialmente não são necessariamente as melhores, esses valores vêm de questões sociais e não linguísticas.

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi o de empreender uma reflexão sobre a variação linguística e o ensino da Língua Portuguesa, considerando-se as construções relativas. Podemos compreender que o uso frequente da língua é uma maneira de identificar as diversas variações que não estão alinhadas às normas estabelecidas pelos padrões gramaticais. A variação linguística é uma realidade das línguas naturais e toda língua é um conjunto de variedades.

Nos ambientes escolares, o ensino de uma norma considerada como norma padrão é, geralmente, predominante, com isso não são levadas em consideração as variações que existem dentro da mesma. Em relação às relativas, o sistema linguístico dispõe de várias possibilidades para essa construção e todas estão ligadas a diferentes contextos de uso. As relativas padrão, cortadora e copiadora constituem-se variações e não como erros gramaticais. Em relação ao ensino, é preciso que os alunos aprendam a refletir sobre os usos sociais dessas construções de modo a que tenham acesso a uma educação linguística e que vejam que as construções que utilizam também estão corretas. Se isso ocorrer o aprendizado será mais coerente com a realidade dos estudantes, deixando-os com um papel mais ativo, sem desconsiderar o ensino da norma culta, mas valorizando toda a complexidade existente da língua.

Cabe ao professor mostrar aos alunos que a língua não deve ser utilizada como forma de discriminação ou mesmo para exercer poder social, para que os alunos compreendam que as variações são importantes na formação da nossa identidade o que possibilita as mais variáveis formas de interação. Enquanto docentes e cidadãos, devemos sempre refletir, juntamente com nossos alunos, sobre as variações, para desmitificar assim que essas não passam de desvio da norma padrão.

Vale sempre salientar em sala de aula que podemos nos expressar de diversas maneiras, em consonância com a ocasião em que estamos deixando evidente que a norma padrão é exigida em algumas situações sociais e principalmente em relação à escrita. Devemos possibilitar que os alunos reflitam sobre o preconceito linguístico e sobre as diferenças entre fala e escrita, e como esses elementos são importantes para ele enquanto cidadão.

Assim, podemos entender que em diversas situações nos apegamos a uma noção tradicionalista de erro, com um foco voltado para o aprendizado das estruturas padrões, sem significado real para os alunos. Esse ensino, em diversas circunstâncias, tem caráter técnico e repetitivo e não acrescenta nada para a formação do sujeito na compreensão da sua língua materna. É preciso inovar, com um ensino que mostre explicações para que os aprendizes sejam capazes de entender os fenômenos linguísticos existentes, para que a língua materna seja vista de maneira mais compreensível.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos; RANGEL, E. O. Tarefas da educação linguística no Brasil. *Rev. Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 5, n. 1, 2005.

CAMACHO, Roberto Gomes. Construções relativas nas variedades do português: uma interpretação discursivo-funcional. *Filol. linguíst. port.*, São Paulo, 15(1), p. 179-214, Jan./Jun. 2013.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. O ‘desgarramento’ como estratégia de focalização em língua portuguesa. *Anais do II Seminário do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações*. Volume 1, Número 2. Niterói: Letras da UFF, 2019.

Duarte, Maria Eugenia. Coordenação e subordinação. **Ensino de Gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 205-223.

FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 37-61.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, C. A. Por uma pedagogia da variação linguística. 2011. Disponível em www.variacolinguistica.files.wordpress.com/2011/06/faraco. Acesso em 30/03/2021.

Oliveira, Gabriela. A acessibilidade das construções relativas na aquisição da escrita. *ESTUDOS LINGUÍSTICOS*, São Paulo, 44 (1): p. 78-93, jan.-abr. 2015

Santana, Jessé & Neves, Maria (2015). As Variações Linguísticas e suas Implicações na Prática Docente. *Millenium*, 48 (jan./ jun.). Pp. 75-93.